

documentos e ocultação de bens, num esquema associado à organização de jogos internacionais da seleção.



leiro Filipe Toledo, na Bala de Jeffreys (África do Sul). Com este resultado, subiu seis lugares no ranking (12.º).

mico de Octávio Machado, que se considera "empurrado" do Sporting pelo presidente. Promete...

ativamente. A segunda mão do play-off disputou-se a 3 de agosto, com a vitória dos Barreiros a serem cenários importantes para Portugal, que recuperará pontos no ranking da UEFA.

# JUSTIÇA QUE TARDA E FALHA

Juristas Rogério Alves, Nuno Rego, João Correia, João Torrinha, Miguel Pedro e Gonçalo Almeida identificam fragilidades nas instâncias judiciais do desporto que colocam em causa a verdade desportiva

PEDRO BOCHA

●●● Nove anos depois de ter rebentado com estrondo no futebol português, o processo Apito Final voltou a dar que falar há duas semanas, agora em modo de marcha atrás, com a absolvição do FC Porto e do presidente Pinto da Costa. Neste como nos outros processos delicados e mediáticos dos últimos anos, a justiça desportiva não só tardou como falhou, com as suas sentenças revogadas pelos tribunais civis sempre que houve recurso a estes. Como se verificou no caso Mateus, que, apesar de remontar a 2006, também ainda não é um dossiê fechado.

"Há uma tendência para perda de celeridade nas decisões", observa o advogado Rogério Alves, considerando que semelhante inércia "prejudica indiretamente" a verdade desportiva. "É o que se depreende quando um jogador deve ser suspenso e não o é e um outro é castigado injustamente e tarda a revogação", sustenta.

Dos principais casos do futebol português, só o do Túnel de Braga (2009) não mereceu qualquer anulação. O jurista Miguel Pedro Guimarães recorda-se de um "acórdão anedótico" da então denominada Comissão Disciplinar da Liga e não tem dúvidas de que "uma má decisão" tem sempre impacto. "O Braga foi altamente prejudicado com a punição de jogadores essen-



**REVOGAÇÕES** Com sentenças frágeis, lentidão e ingerência em matérias criminais, os tribunais desportivos têm sido contrariados pelos civis

## Slimani e Samaris foram "brincadeiras"

Não havendo limites para os recursos, "brinca-se facilmente" com a justiça desportiva, na opinião do advogado João Correia. "As decisões de primeira instância são permanentemente revogadas, como se verificou nos casos do Slimani e do Samaris. Demorou-se muito tempo e, graças aos recursos apresentados pelo Sporting e Benfica, foram sendo utilizados", recorda, denunciando a impunidade de dirigentes e treinadores. "Falamos de árbitros antes e depois dos jogos e pagamos multas irrisórias", atira.

ciais", recorda.

A morosidade das sentenças e aos "graus de recurso" a que uma decisão pode ser sujeita, o advogado Nuno Rego junta outro reparo: "Os órgãos disciplinares da FPF e da Liga têm julgado práticas de crimes que só dizem respeito à justiça civil". "Não faz sentido", avalia, certo de que a ineficácia da justiça desportiva poderá ser ultrapassada com a refundação do atual Tribunal Arbitral do Desporto, que, defende, deveria ser composto "só por juizes especializados em direito desportivo". O advogado José João Torrinha apoia a ideia, desde que esse tri-

bunal se torne "independente dos organismos que regem o futebol profissional", enquanto lamenta o atual "pingue-pongue entre as várias instâncias".

Volta e meia, a bola salta para a mesa dos tribunais civis e o advogado Gonçalo Almeida vê nisso outra fraqueza. "Recorre-se aos tribunais comuns em matérias que deveriam ser da exclusiva competência das instâncias desportivas", critica. João Correia é mais contundente. "A justiça desportiva não existe em Portugal. Se existisse, os casos eram resolvidos como em Itália, da forma mais célere possível", exemplifica o jurista.

# “

"Há uma tendência para perda de celeridade nas decisões"

Rogério Alves  
Advogado

"As instâncias desportivas têm cometido o erro de julgar práticas de crimes"

Nuno Rego  
Advogado

"Falamos de árbitros antes e depois dos jogos e depois pagamos multas irrisórias"

João Correia  
Advogado



José João Torrinha diz que se assiste a "uma espécie de pingue-pongue entre as várias instâncias"

"Mús decisões influenciam a verdade desportiva. Foi assim no caso do túnel de Braga"

Miguel Pedro Guimarães  
Jurista

"Recorre-se aos tribunais comuns em matérias das instâncias desportivas"

Gonçalo Almeida  
Advogado